

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE COCRIAÇÃO DOS ESTUDANTES

Taís Ferraz Duarte

Centro Universitário UNICARIOCA

tfduart@gmail.com

Renata Marques Costa

Centro Universitário UNICARIOCA

renatamarques.costa@gmail.com

Augusto Schwager de Carvalho

Centro Universitário UNICARIOCA

augustoschwager@yahoo.com.br

Adriana da Silva Lisboa Tomaz

Centro Universitário UNICARIOCA

atomaz@unicarioca.edu.br

Introdução e problemática

A história da formação de professores no Brasil é relativamente antiga e possui grande produção acadêmica. Corroborando com a importância do tema ressaltamos a lei número 14.817/2024, que foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 16 de janeiro de 2024, que em seu artigo 3º, inciso II, diz que: “A valorização dos profissionais da educação escolar básica pública contemplará: formação continuada que promova a permanente atualização dos profissionais” (Brasil, 2024).

Gatti (2008), aponta a relevância de políticas educacionais que valorizem e incentivem a formação continuada dos educadores, oferecendo recursos adequados, oportunidades de desenvolvimento profissional e suporte necessário para que possam se atualizar e aprimorar suas práticas de ensino.

Embora a temática seja foco de debates das políticas públicas educacionais, prevista em documentos oficiais, a reflexão a respeito da formação continuada se faz presente e necessária na e para prática docente.

O presente trabalho busca refletir sobre a formação continuada dos professores lançando luz para os saberes docentes como um eixo fundamental nesse processo de formação entre pares ao compartilharem suas práticas exitosas. Esta troca é um exercício de colaboração e conseqüentemente fortalece os docentes potencializando-os e valorizando seus saberes teórico-prático, que conseqüentemente fará com que seus alunos tenham mais oportunidade em suas aprendizagens. Essa abordagem reflete o compromisso com a qualidade da educação, e o investimento no crescimento profissional dos docentes, visando impactar positivamente o ambiente educacional como um todo.

Imbernón (2010) defende que a formação continuada deve ser um processo reflexivo, ativo e contínuo ao longo da carreira do professor. Ele enfatiza a necessidade de os professores estarem engajados em práticas colaborativas e de autoavaliação, envolvidos na reflexão sobre a prática, o diálogo com outros profissionais, a investigação e a busca por inovação.

Além disso, permite que analisem e adaptem suas estratégias, compreendendo melhor as demandas dos educandos e se tornando mais sensíveis às diversidades presentes nas salas de aula, principalmente no que tange às tecnologias. O direito à educação, por parte dos discentes, inclui também o direito a ter um professor devidamente formado e qualificado.

Nóvoa (2023) alerta sobre o viés tradicionalista na formação e aponta para um cenário em que o conhecimento é frequentemente imposto externamente aos educadores, desconsiderando a riqueza do conhecimento produzido internamente por eles mesmos. Nesse contexto, a formação docente tende a adotar um enfoque predominantemente utilitário, no qual o conhecimento é ditado por acadêmicos, desvalorizando a experiência e a expertise dos professores.

O autor ressalta a necessidade de reposicionar o professor no centro da transformação da educação. Isso implica reconhecer e valorizar o conhecimento prático adquirido pelo docente ao longo de sua trajetória profissional.

A necessidade de formação emerge enquanto prioritária para os educadores do século XXI no que tange o uso das Tecnologias Digitais da Comunicação e Informação (TDIC) com intencionalidade pedagógica e práticas educacionais em direção a objetivos educacionais claros. Ao incorporamos a tecnologia na educação, é fundamental garantir que sua integração seja intencional e alinhada aos objetivos educacionais.

Os recursos tecnológicos se fazem presentes cada vez mais, principalmente entre os mais novos, chamados nativos digitais, como afirma Prensky, (2001) ao mencionar que, “nossos estudantes de hoje são todos “falantes nativos” da linguagem digital dos computadores, vídeo games e internet”. É nessa perspectiva que propomos esse relato de experiência.

Desenvolvimento

Neste trabalho, vamos apresentar um relato de experiência de mestrados em Educação e Tecnologia, que também são professores de Escolas Públicas, e que se encontram inquietos diante do cenário atual da Formação Continuada em Serviço dos professores regentes do Ensino Fundamental I (1º ao 5º anos), para utilização de metodologias ativas e sua aplicabilidade para com os seus estudantes objetivando torná-los cocriadores do próprio conhecimento, onde a escola é o *locus* para que a formação aconteça.

Atualmente, na Prefeitura do Rio de Janeiro, os docentes possuem um terço de sua carga horária para dedicação às atividades extraclasse. No momento de formação em serviço, os alunos têm aulas com os professores de disciplinas como línguas (inglês ou espanhol), educação física, artes (música, artes cênicas), roda de leitura, entre outros componentes curriculares dependendo se a escola funciona em turno parcial ou turno único.

Em se tratando de cumprimento à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, prevê o direito da jornada extraclasse dentro da jornada normal de trabalho, no artigo 67, inciso V:

"Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

V - Período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho." (Brasil, 1996).

A Prefeitura do Município do Rio de Janeiro vem procurando cumprir o seu papel, e destinando parte desse tempo à formação continuada, estabelecida pelos termos da Secretaria Municipal de Educação (SME), sendo encaminhada às Coordenadorias Regionais de Educação (CRE's), para repasse às Unidades Escolares através de Formadores.

É perceptível os investimentos feitos em formações continuadas nas esferas gestão, coordenação e professores, porém podemos destacar, dada a nossa realidade, que muitas vezes não há aplicação das teorias e/ou métodos ensinados, isso porque ou há a falta de recursos para aquisição de material e até mesmo falta de estímulo do professor por não ser coerente à realidade dos educandos.

Nossa proposta aponta para formação continuada de professores a partir da diagnose de cada Unidade Escolar na perspectiva das metodologias ativas e tecnológicas. Essas formações ocorreriam no espaço escolar, nos momentos de horário complementar (HC ou blocagem) entre pares (por ano de escolaridade), com intervenção do Coordenador(a) Pedagógico(a).

Como registro do material de estudo, haverá um repositório de estudo teórico em ambiente virtual de aprendizagem, assim como a confecção de portfólio virtual enquanto memória e acompanhamento das propostas desenvolvidas em turma.

Conclusão

Conclui-se que a abordagem da formação de professores deve priorizar a valorização das contribuições de cada docente mediante suas práticas exitosas, incentivando a pesquisa e a inovação tecnológica no contexto educacional.

Os professores precisam ser vistos como agentes ativos na construção do conhecimento, capazes de contribuir significativamente para o aprimoramento constante do sistema educacional.

No que tange a realidade da prática docente mediada por artefatos tecnológicos, ainda estamos diante de um desafio geracional. É possível encontrar uma grande parcela de professores no município do Rio de Janeiro em que a utilização de artefatos tecnológicos no cotidiano escolar ainda é um desafio, seja pela falta de formação, troca entre seus pares ou de condições na infraestrutura das escolas.

A proposta da Formação Continuada para o uso de Tecnologias com uma abordagem Freiriana, que proponha ao professor e ao estudante uma aprendizagem em conjunto, mais horizontal e colaborativa, em que a construção de conhecimento seja significativa e contextualizada. Sendo assim, teremos educandos engajados em seus processos de cocriação, críticos e protagonistas.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei nº14.817, de 16 de janeiro de 2024.** Disponível em <https://legis.senado.leg.br/norma/38165425/publicacao/38167497>. Acesso em 18 jan. 2024.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

GATTI, B. A.. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, p. 57–70, jan. 2008.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores.** Artmed Editora, 2010.

NÓVOA, A. **Professores: libertar o futuro.** 1. ed. São Paulo: Diálogos Embalados, 2023.

PRENSKY, M. **Nativos digitais, imigrantes digitais,** 2001. Disponível em: <https://mundonativodigital.files.wordpress.com/2015/06/texto1nativosdigitaisimigrantesdigitais1-110926184838-phpapp01.pdf> Acesso em 28 nov. 2023.